



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES

Estado do Espírito Santo

COMUNICAÇÃO INTERNA nº 755/2023 Secretaria Municipal de Saúde

Alfredo Chaves(ES), 13 de dezembro de 2023.

Para: Setor de Licitação e Contratos

A Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, vem através desta, encaminhar a Ata de Registro de Preços nº 1544/2023, publicada no DIO-ES no dia 07/12/2023, Pregão nº 765/2023 NEGEP/SERP, Processo no 2023-9Z18L – GEAF/NEGEP-SERP, para devida inclusão/cadastramento no sistema de contratos, aba “termos”, a fim de que seja registrado e habilitado para futuras aquisições de medicamentos pelo Sistema Estadual de Registro de Preço – SERP. Vigência da Ata 08/12/2023 a 07/12/2024.

Medicamento: BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL

Quantidade: 430

Dotação Orçamentária: 120005.1030300182.127

Elemento de Despesa: 33903000000

Fonte de Recursos: 15000015 (144)

16000000 (143)

16210000 (143)

Certos do atendimento aos termos desta Comunicação Interna, agradecemos a compreensão e aguardamos retorno breve.

Atenciosamente,

SILVIA PINTO FERREIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 3200310031003400330036003800330035003A005000

Assinado eletronicamente por **Silvia Pinto Ferreira** em **14/12/2023 08:01**

Checksum: **FB3532CDD5A7CD38E4EC6F2AFC621FB5ED79533BF001BC9AA9496F455BE09C9A**



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1544/2023

Processo nº 2023-9Z18L – GEAF/NEGEP-SERP

Pregão nº 765/2023

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representado legalmente pelo Subsecretário de Estado de Atenção à Saúde, o **Srº. JOSÉ TADEU MARINO**, portador da Carteira de Identidade **RG nº 411267 – SPTC -ES** e inscrito no **CPF** sob o nº **558.091.977 - 87**, designado pelo Decreto Estadual nº 011-S, de 02/01/2023 e publicado no DIO de 03/01/2023, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS - SERP**, conforme Processo nº **2023-9Z18L**, Pregão sob nº. **765/2023**, RESOLVE registrar os preços da Empresa: **CHIESI FARMACEUTICA LTDA - (CNPJ: 61.363.032/0015-41)**, localizada na Rodovia: Fernão Dias - s/n Km 947.4 - Modulo B Galpão cd4 - Area 1 Bairro: Dos Pires – Externa – MG – Cep: 37.640-000, neste ato representada pelo **Sr.ª. FERNANDA CARVALHO INFANTE**, portadora da Carteira de Identidade **RG nº 28.465.601-X** e inscrita no **CPF sob o nº 285.921.288-46, - E-MAIL: licitacao@chiesi.com; Telefone: (11) 3095-2300 / 2341/2342** atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual 1.790-R/2007, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos medicamentos especificados no **Anexo I** do Edital.

1.2 Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- a) Anexo A – Especificação dos preços;
- b) Anexo B – Modelo de Ordem de Fornecimento;
- c) Edital e todos os seus Anexos;
- d) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - DO PREÇO

2.1 Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.1 Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.2 A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3 DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- 3.1.1 convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 3.1.2 frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- 3.1.3 convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

3.2 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.2.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

3.2.2 Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.5.3.2 o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

3.5.3.3 ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 A revisão será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de análise dos órgãos de controle, nos termos da legislação correspondente.

4 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

4.1.1.3 não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

4.1.1.4 incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

4.3 Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

5 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971; **na Instrução Normativa RFB nº 1.234 (11/01/2012), bem como no Decreto Estadual 5.460-R, de 28/07/2023 (os quais versam sobre a obrigatoriedade de os órgãos públicos efetuarem a retenção de IR).**

5.5.1 Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais, faturas ou quaisquer outros documentos de cobrança com o destaque do IR na Fonte em observância as regras de retenção do Imposto de Renda dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012. Havendo ausência de destaque do imposto no documento fiscal, a liquidação de despesa ficará sobrestada até que o fornecedor de bens ou prestado de serviços providencie as medidas saneadoras, não ocorrendo qualquer ônus a contratante.

5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no **Anexo I**, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

8 DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até **10** dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9 DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MEDICAMENTOS

9.1 - A entrega dos medicamentos dar-se-á no prazo máximo de **20 (vinte) dias** corridos após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

9.2 - Os medicamentos serão entregues em dias úteis, nos seguintes endereços:

9.2.1 - Ver relatório de local de entrega dos órgãos participantes em **Anexo II – Relatório de endereço de entrega**

9.3 - A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão “Proibida a Venda ao Comércio”.

9.4 - As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos.

9.5 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.6 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.7 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.8 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.9 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a **CONTRATADA** será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.10 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 - DO PRAZO DE VALIDADE DOS MEDICAMENTOS

10.1 - O prazo de validade dos medicamentos fornecidos não poderá ser inferior a **12 (doze) meses**, a contar da data de sua entrega.

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 - Compete à Contratada:

11.1.1 - Entregar os medicamentos de acordo com as condições, **na íntegra do Edital**, e se responsabilizar pelo período de validade;

11.1.2 - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

11.1.3 - manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;

11.1.4 - garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;

11.1.5 - As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos;

11.1.6 - A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão “Proibida a Venda ao Comércio”;

11.1.7 - Observar vedação da subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

12.1 - Compete à Contratante:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

12.1.1 - Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

12.1.2 - Definir o local para entrega dos medicamentos adquiridos;

12.1.3 - Designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

13.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

13.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

13.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 12.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

13.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

13.2.1 - advertência;

13.2.2 - multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

13.2.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;

13.2.4 - impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

13.2.5 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

-13.2.5.1 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

13.2.6 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - **SEGER**, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

13.2.7 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - **SEGER**, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

13.2.8 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

13.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

13.3.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

13.3.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

13.3.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8.666/1993;

13.3.4 - O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato,

considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

13.3.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

13.3.6 - O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

13.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

13.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

13.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

13.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

14 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

14.1 - Constatado que o **CONTRATADO** não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

14.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

14.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo **CONTRATADO**, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

14.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

14.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de Crédito Estadual, o **CONTRATANTE** informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

15 - DA RESCISÃO

15.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

16 - DOS ADITAMENTOS

16.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

17 - DOS RECURSOS

17.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

18 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

18.1 - A execução do contrato será acompanhada pela **GEAF/SERP**, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

Gestor da ata:

Lilian Christo de Oliveira Soares – Farmacêutica – SESA/GEAF/SERP – matrícula 4212860
geaf.serp@saude.es.gov.br – (27) 3636-8359.

Gestor e Fiscal de contrato:

Os fiscais e gestores da execução das atas de registro de preço serão posteriormente designados formalmente pelos Municípios do Estado do Espírito Santo e Hospitais/Unidades da Rede Estadual de Saúde nos termos do art. 15, §8º, da Lei nº 8.666/93.

19 - DO FORO

19.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Srº. JOSÉ TADEU MARINO – CPF: 558.091.977-87

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
CONTRATANTE

Sr.ª. FERNANDA CARVALHO INFANTE – CPF: 285.921.288-46

CHIESI FARMACEUTICA LTDA
CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS – SERP, conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas adiante indicadas:

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	243787	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200 MCG/DOSE; FORMA FARMACEUTICA: AEROSSOL ORAL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO AEROSSOL 200 DOSES; VIA ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO AEROSSOL.	FRASCO AEROSSOL	73.773

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
2	133598	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE; FORMA FARMACEUTICA: AEROSSOL ORAL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO 200 DOSES; VIA ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	FRASCO AEROSSOL	276.103

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
------	-----------	------	---------------------------	---------	------------



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

3	243209	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRAÇÃO1: BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50MCG/DOSE; FORMA FARMACEUTICA: SUSPENSÃO AQUOSA/AEROSSOL NASAL; FORMA DE APRESENTAÇÃO: FRASCO AEROSSOL 200 DOSES; VIA ADMINISTRAÇÃO: NASAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO.	FRASCO	108.874
---	--------	---	--	--------	---------

1.1 preços, unitário e global, máximos admitidos para fins de registro são os que constam na tabela acima.

1.2 A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido acima importará em desclassificação do licitante.

1.3 Não é permitida a compra de medicamentos com valores acima da tabela CMED. Os valores deverão ser ajustados de acordo com a marca ofertada, aplicando também o CAP e o CONFAZ, se for o caso.

1.3.1- Só será permitida a compra do medicamento se o mesmo possuir preço registrado na tabela **CMED**, salvo os pontos abaixo:

1.3.1.1 - Os medicamentos contemplados em resolução específica da **ANVISA** que obrigue os mesmos a publicarem seus preços em REVISTAS ESPECIALIZADAS, cabendo a apresentação da aludida publicação quando solicitado.

1.3.1.2 - Os medicamentos que possuírem resolução específica da **ANVISA** que desobrigue o registro dos preços tanto na **CMED** quanto em REVISTAS ESPECIALIZADAS, cabendo a apresentação da resolução quando solicitado.

1.4 CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS

- a) Validade não inferior a 12 (doze) meses;
- b) Declaração do nome comercial, marca, fabricante, país de origem, fórmula e dosagem, quantidade por embalagem, nº do registro do Ministério da Saúde;
- c) A aquisição se dará sob a denominação genérica do medicamento, constante da listagem dos produtos padronizados pela Secretaria de Estado da Saúde;
- d) Dizeres constantes dos rótulos e embalagens de acordo com a legislação vigente;
- e) Entrega dos medicamentos em embalagens primária e secundária, devidamente identificados e acondicionados de forma adequada, consideradas as condições de umidade e temperatura. A embalagem primária deverá conter denominação genérica do medicamento, concentração, registro no Ministério da Saúde, fabricante, data de fabricação, validade e demais informações exigidas pela legislação;
- f) A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio";
- g) Apresentar laudo de qualidade, nos termos da exigência contida no art. 3º, § 4º, da Lei 9.787/1999.
- h) As distribuidoras devem apresentar, no caso de vencerem a licitação, certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos.

1.5 CLASSIFICAÇÃO COMO BENS COMUNS

1.5.1 - Caso existam divergências entre o disposto neste Edital e no sistema eletrônico quanto à descrição do objeto, deverá ser observada a redação contida neste instrumento convocatório.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

2 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 São obrigações da CONTRATANTE:

2.1.1 efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

2.1.2 definir o local para entrega dos medicamentos adquiridos;

2.1.3 designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

2.2 São obrigações da CONTRATADA:

2.2.1 entregar os medicamentos de acordo com as condições e se responsabilizar pelo período da garantia;

2.2.2 providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

2.2.3 manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;

2.2.4 garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;

2.2.5 As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos;

2.2.6 A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio";

2.2.7 Observar vedação da subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

3 DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

3.1 A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme Lotes acima descritos**.

3.2 A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada em **conforme Detalhamento do Objeto**.

3.3 O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

3.4 A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:

3.4.1 Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens **3.1 a 3.3**;

3.4.2 Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item 3.1;

3.4.3 Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

4 DA QUANTIDADE MÍNIMA DE ITENS A SEREM COTADOS

4.1 Não será admitida cotação inferior à quantidade máxima prevista.

5.0 QUADRO RESUMO

5.01. Título e Objetivo Geral:

Aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), exclusivamente para os Municípios participantes do SERP (Sistema Estadual de Registro de Preço).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

5.02. Delimitação do Objeto a ser licitado:	Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
5.03. Modalidade de Licitação e Base Legal:	Ata de Registro de Preços - Pregão Eletrônico, conforme Lei nº 10.520/2002.
5.04. Estimativa de custos global:	R\$ 8.990.039,06*
5.05. Prazo estipulado de vigência contratual:	O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial e terá duração de 12 (doze) meses.
5.06. Informação Orçamentária:	Ver em <i>Anexo III - Relatório de despesa orçamentária</i>
5.07. Unidade Administrativa responsável pela execução do objeto e fiscalização:	Almoxarifado de Medicamentos dos Municípios participantes do SERP.

5.08. Equipe responsável pela elaboração do termo de referência:

Lilian Christo de Oliveira Soares – Farmacêutica – SESA/GEAF/SERP – matrícula 4212860 geaf.serp@saude.es.gov.br – (27) 3636-8359.	
5.09. Versão e data do Termo de Referência:	Versão 1.00 01/08/2023
5.10. Data prevista para implantação:	180 dias após a abertura do processo.

* Valor da estimativa de custo global alterada/atualizada, conforme **Mapa Comparativo** às peças # 23 – **2023-9Z18L**, em atendimento a Norma de Procedimento SCL 07 – T15 – **SEGER**.

5.11. Fiscalização:

Gestor da ata: Lilian Christo de Oliveira Soares – Farmacêutica – SESA/GEAF/SERP – matrícula 4212860 geaf.serp@saude.es.gov.br – (27) 3636-8359. Gestor e Fiscal de contrato: Os fiscais e gestores da execução das atas de registro de preço serão posteriormente designados formalmente pelos Municípios do Estado do Espírito Santo e Hospitais/Unidades da Rede Estadual de Saúde nos termos do art. 15, §8º, da Lei nº 8.666/93.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0491/2023

1. DO OBJETO

Aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), exclusivamente para os Municípios participantes do **SERP** e Hospitais/Unidades da Rede Estadual de Saúde, com as especificações técnicas anexadas a este Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

Considerando que a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, insere-se no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos da alínea "d" do inciso I do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

Considerando a Portaria 3.435, de 8 de dezembro de 2021, que estabelece os medicamentos disponibilizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da atualização do elenco da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – **RENAME**;

Considerando as Portarias MS-GM de Consolidação nº 2/17 e Portaria MS-GM de Consolidação nº 6/17, alterada pela portaria Nº 3.193/GM/MS, de 9 de dezembro de 2019 que dispõe sobre o financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

Considerando que o financiamento e execução dos medicamentos disponibilizados atualmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) tem caráter tripartite, ou seja, garantido pela União, Estados e Municípios, e que estão divididos em três Componentes da Assistência Farmacêutica: Básico, Estratégico e Especializado, sendo que a aquisição de medicamentos do Componente Básico é de responsabilidade do Município;

Como a grande maioria dos municípios do Estado possui menos de 50 mil habitantes, tais recursos acabam representando um montante relativamente pequeno para cada município individualmente, não permitindo economia de escala na aquisição dos referidos medicamentos.

Como a lista de medicamentos a serem adquiridos, pactuada na CIB, é comum aos diferentes municípios, verificamos que tais aquisições poderiam ser realizadas sem essa fragmentação, proporcionando compras por preços mais vantajosos e, com isso, permitindo a ampliação do acesso aos medicamentos e para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse contexto, a Secretaria Estadual de Saúde, objetivando contribuir para a melhoria da otimização dos escassos recursos financeiros destinados à aquisição de medicamentos no Estado do Espírito Santo e amparada pela Lei Federal nº 8.666/93, pelos Decretos Federais nº 3.931/01 e nº 4.342/02, assim como pelo Decreto Estadual nº 1.790-R/07 e Consulta do TCCES nº 001/2008, viabiliza a estruturação do Sistema Estadual de Registro de Preços (**SERP**), com as seguintes características e/ou benefícios:

- O **SERP** utiliza um sistema de gerenciamento informatizado acessado através da Plataforma Acesso Cidadão pela área técnica de cada município participante. O primeiro passo e o primeiro passo é a realização da Adesão no sistema que consiste em informar os dados do Prefeito, dados orçamentários (dotação orçamentária, fontes de recursos e elemento de despesa), local de entrega do medicamento e insumos e inserir o Termo de Adesão assinado pelo Prefeito Municipal.
- O Termo de adesão é o documento que formaliza a adesão do município a respectiva edição do programa e estabelece direitos e responsabilidades do Estado e do município no Programa sendo assinado também pelo Secretário Estadual de Saúde.
- Somente após a realização da adesão que o sistema fica disponível para que o usuário realize a Programação anual dos medicamentos e insumos, que deverá ser realizada pelo farmacêutico responsável do município participante.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

- Após essa etapa, o órgão gerenciador realiza a consolidação da programação dos municípios para abertura do procedimento licitatório.
- Para que o Município execute a ata proveniente deste processo é necessário que seja montado um processo interno para a efetivação da aquisição dos medicamentos e insumos, que consiste basicamente na autorização do Secretário Municipal de Saúde e empenho da solicitação.
- O **SERP** possui uma edição por ano sendo definida uma lista de medicamentos atualizada a cada edição. O elenco da lista de medicamentos e insumos do **SERP** é revisado e atualizado a cada edição conforme o elenco da **REMUME** dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

Em 2023 o **SERP** realiza a sua 15ª edição contemplando uma lista de 307 itens contendo os medicamentos e insumos em comum na **REMUME** dos Municípios do **Estado do Espírito Santo** visando atender a demanda dos serviços de saúde da Atenção Primária e de Urgência e Emergência municipais.

Dessa forma, os medicamentos que compõem o presente processo de compra integram a Lista de medicamentos contemplados na 15ª edição do **SERP** para atender a demanda dos Municípios do **Estado do Espírito Santo** participantes, e por isso a aquisição tem caráter contínuo e permanente.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Segue abaixo relação total dos itens a serem adquiridos.

Item	Especificação do Material ou Serviço	Unid.	CAP	CONFAZ	Quant. Min.**	Quant. Máx.
1.	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200 MCG/DOSE; FORMA FARMACEUTICA: AEROSSOL ORAL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO AEROSSOL 200 DOSES; VIA ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO AEROSSOL.	FRASCO AEROSSOL		X	7377	73773
2.	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE; FORMA FARMACEUTICA: AEROSSOL ORAL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO 200 DOSES; VIA ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	UNIDADE		X	27610	276103
3.	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50MCG/DOSE; FORMA FARMACEUTICA: SUSPENSAO AQUOSA/AEROSSOL NASAL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO AEROSSOL 200 DOSES; VIA ADMINISTRACAO: NASAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO.	FRASCO		X	10887	108874



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

3.1. DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA COM QUANTITATIVO DAS UNIDADES DE ADESÃO

Os quantitativos informados pelas unidades participantes (Municípios e Unidades Estaduais) para o consumo de 12 meses estão discriminados no **Anexo I - Relatório de Programações requisitadas**.

4. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA.

4.1. Atestado de Capacidade Técnica - Comprovação de que o licitante forneceu, sem restrição, medicamento igual ou semelhante ao indicado no **Anexo I** do Edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador;

4.2. Alvará Sanitário - (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento) da empresa licitante, expedido pela **Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal**, tal como exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº. 8.077/2013 (art. 2º) e Portaria Federal nº. 2.814 de 29/05/98.

4.3. Autorização de Funcionamento da empresa licitante, expedida pela **ANVISA** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº. 8.077/2013 (art. 2º), Lei Federal nº. 9.782/99 (art. 7º, inciso VII) e Portaria Federal nº. 2.814 de 29/05/98.

4.3.1. Quando se tratar de medicamentos constantes na relação do Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial aprovadas pela Portaria nº. 344/98 de 12/05/98 da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, também deve ser apresentada a **Autorização Especial** de Funcionamento da empresa licitante.

Além da documentação especificada nos itens 4.1, 4.2 e 4.3, no caso de participação de empresa **FABRICANTE**, esta deverá, também e obrigatoriamente, anexar a documentação seguinte, sob pena de inabilitação:

4.4. Certificado de Registro - de medicamentos, emitido pela **ANVISA** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no "Diário Oficial da União" relativamente ao registro do medicamento. Caso o prazo de validade esteja vencido ou vencendo nos próximos 06 meses deverá ser apresentado Certificado de Registro, ou cópia da publicação no "DOU" acompanhado do pedido de revalidação "FP 1" e "FP 2", datado entre doze e seis meses anteriores a data do vencimento, na forma do art. 8, parágrafo 2º ao 6º do Decreto Federal nº. 8.077/2013.

As exigências contidas nos **itens 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4** atendem àquelas formuladas pela Lei Federal n. 6.360 de 23/09/76, pelo Decreto Federal nº 8.077/2013, pela Lei Federal nº. 9.782/99, pela Portaria Federal nº. 2.814/GM, de 29/05/98 alterada pela Portaria nº. 3.765 de 20/10/98 do Ministério da Saúde, pela Resolução RDC nº. 25 de 09 de dezembro de 1999 e pela Resolução nº. 460 de 14 de setembro de 1999, cujos documentos deverão estar com prazo de validade em vigor.

Na hipótese de medicamento genérico, deverão ser observadas e atendidas às normas técnicas estabelecidas pela Resolução RDC nº. 135, de 29/05/2003 da **ANVISA** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária vinculada ao Ministério da Saúde ou norma posterior.

5. DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

5.1. Para tornar mais eficiente o gerenciamento dos recursos financeiros do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, foi criado o **Sistema Estadual de Registro de Preço (SERP)** com o objetivo de adquirir os medicamentos básicos de forma centralizada, otimizando a aplicação de recursos financeiros, reduzindo gastos na compra de medicamentos e fornecidos e pelos municípios, a Secretaria Estadual de Saúde, viabilizou a estruturação do **Sistema Estadual de Registro de Preços (SERP)**.

Nesse contexto, informo que a programação (quantitativo) anual dos medicamentos, assim como o gerenciamento dos recursos, tais como execução da ata, o recebimento dos medicamentos e pagamento ao fornecedor é responsabilidade dos Municípios.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

Diante do exposto, informo que a fiscalização da execução das atas é exercida pelos Coordenadores Municipais da Assistência Farmacêutica, assim como, nos demais órgãos que participarem do processo, a fiscalização é designada no próprio local, e, que diante de alguma irregularidade reportam-se ao gestor da ata.

5.2. A aceitação dos medicamentos será certificada pelo serviço de Farmácia ou servidor designado, mediante atesto na nota fiscal, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

5.3. A fiscalização exercida pelo Estado não exime em nada a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução do objeto de contrato ou instrumento equivalente.

5.4. O fiscal deve prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao Estado.

5.5. O fiscal deve notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

5.6. Os produtos não serão recebidos se o prazo de validade contado da data de entrega for inferior a 12 (doze) meses.

5.7. As embalagens e unidades constantes na especificação do produto na Autorização de Funcionamento deverão ser rigorosamente observadas, assim como a marca vencedora, sob pena de devolução do produto.

5.8. Os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão ser entregues acompanhados de laudo de análise de qualidade, lote a lote, emitidos pelo laboratório produtor.

6. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO.

Como se trata de entrega em parcelas, a fatura deverá ser apresentada nos locais de entrega descritos no **Anexo II - Relatório de endereço de entrega** deste Termo de Referência, após a entrega de cada item adquirido, juntamente com os comprovantes de regularidade fiscal da contratada.

7. DOS PRAZOS DE ENTREGA, VALIDADE E GARANTIA.

7.1. PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA.

7.1.1. DO PRAZO DE ENTREGA

A entrega dos itens deverá ser feita no prazo máximo de **20 (vinte)** dias corridos após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

7.1.2. DOS LOCAIS DE ENTREGA.

Ver relatório de local de entrega dos órgãos participantes em **Anexo II - Relatório de endereço de entrega**.

7.1.3. DO PRAZO DE GARANTIA.

Não se aplica.

7.1.4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO OU INSTRUMENTO SIMILAR

O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial e terá duração de 12 (doze) meses.

8. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES, QUANDO REGISTRO DE PREÇOS.

Conforme item 3 e 3.1 deste Termo de Referência.

9. CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DE AMOSTRA, QUANDO SOLICITADA.

Não se aplica.

10. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE FORNECIMENTO

10.1. Os produtos não serão recebidos se o prazo de validade contado da data de entrega for inferior a 12 (doze) meses.

10.2. As embalagens e unidades constantes na especificação do produto na Autorização de Funcionamento deverão ser rigorosamente observadas, assim como a marca vencedora, sob pena de devolução do produto.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

10.3. Os produtos fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão ser entregues acompanhados de laudo de análise de qualidade, lote a lote, emitidos pelo laboratório produtor.

10.4. Os medicamentos deverão ser entregues no Almoxarifado dos Municípios na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificado, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela **ANVISA**, acompanhados da documentação fiscal, em duas vias, com especificação dos quantitativos discriminados na nota fiscal apresentados em unidades individualizadas. O número do lote do medicamento recebido deve constar na rotulagem, e na nota fiscal, especificados o número de lotes por quantidade entregue.

10.5. O transporte dos medicamentos deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade dos mesmos. Os medicamentos somente serão recebidos por transportadora autorizada. Os medicamentos termolábeis devem ser acondicionados em caixas térmicas (isopor ou equivalente) com controle de temperatura.

10.6. Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem constar nos rótulos e nas bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração, de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

10.7. As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.

10.8. De acordo com a Portaria n. 2.814/GM, de 29 de maio de 1998, os produtos fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações devem apresentar, em suas embalagens, a expressão: "**PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO**".

11. APROVAÇÕES

Autor(a): Lilian Christo de Oliveira Soares

Chefe de Núcleo Especial: Milena Lopes Francisco Bittencourt

Aprovado por: Gerente: Maria José Sartório



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1544/2023

ANEXO – A

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços 1544/2023**, celebrada entre a **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE** e a Empresa cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão nº 765/2023**.

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
1	243787	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200 MCG/DOSE; FORMA FARMACEUTICA: AEROSSOL ORAL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO AEROSSOL 200 DOSES; VIA ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO AEROSSOL. MARCA: CLENIL HFA FABRICANTE: CHIESI FARMACÊUTICA LTDA DETENTOR DO REGISTRO: CHIESI FARMACÊUTICA LTDA	FRASCO AEROSSOL	73.773	19,0000	1.401.687,00

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
2	133598	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE; FORMA FARMACEUTICA: AEROSSOL ORAL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO 200 DOSES; VIA ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE MARCA: CLENIL HFA FABRICANTE: CHIESI FARMACÊUTICA LTDA DETENTOR DO REGISTRO: CHIESI FARMACÊUTICA LTDA	FRASCO AEROSSOL	276.103	18,0200	4.975.376,06



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
3	243209	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50MCG/DOSE; FORMA FARMACEUTICA: SUSPENSAO AQUOSA/AEROSSOL NASAL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO AEROSSOL 200 DOSES; VIA ADMINISTRACAO: NASAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO. MARCA: CLENIL FABRICANTE: CHIESI FARMACÊUTICA LTDA DETENTOR DO REGISTRO: CHIESI FARMACÊUTICA LTDA	FRASCO	108.874	24,0000	2.612.976,00

VALOR TOTAL:R\$ 8.990.039,06

REPRESENTANTE: CHIESI FARMACEUTICA LTDA (CNPJ: 61.363.032/0015-41), localizada na Rodovia: Fernão Dias - s/n Km 947.4 - Modulo B Galpão cd4 - Area 1 Bairro: Dos Pires - Extema - MG - Cep 37.640-000, neste ato representada pelo **Sr.ª. FERNANDA CARVALHO INFANTE**, portadora da Carteira de Identidade **RG nº 28.465.601-X** e inscrita no **CPF sob o nº 285.921.288-46** - E-MAIL: **licitacao@chiesi.com**; **Telefone: (11) 3095-2300 / 2341/2342.**



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

PROCESSO: 2023-9Z18L

EDIÇÃO: SERP XV - LOTE 01

MEDICAMENTO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Atílio Vivácqua	100
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Baixo Guandu	1000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Barra de São Francisco	1500
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Bom Jesus do Norte	500
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Cariacica	10000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Divino de São Lourenço	100
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Ecoporanga	500
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Guarapari	800
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Ibatiba	1000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Iconha	200
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Itapemirim	4000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Marataízes	800
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Marilândia	2000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Muqui	173
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Piúma	200
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Ponto Belo	100
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Presidente Kennedy	800
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Santa Leopoldina	1000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	São Domingos do Norte	10000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	São Mateus	600
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Serra	23000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Sooretama	50
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Vargem Alta	200
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Vila Pavão	150
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200MCG/DOSE SPRAY SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Vila Velha	15000



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ANEXO I

PROCESSO: 2023-9Z18L - EDIÇÃO: SERP XV
LOTE 02

MEDICAMENTO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Afonso Cláudio	200
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Água Doce do Norte	3000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Águia Branca	500
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Alegre	250
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Alfredo Chaves	430
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Apiacá	500
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Aracruz	8000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Atílio Vivácqua	200
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Baixo Guandu	1000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Barra de São Francisco	1500
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Boa Esperança	600



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Bom Jesus do Norte	500
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Cachoeiro de Itapemirim	7200
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Cariacica	150000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Castelo	1000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Conceição da Barra	3600
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Divino de São Lourenço	300
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Domingos Martins	1000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Fundão	3000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Governador Lindenberg	100
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Guaçuí	300
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Ibatiba	1000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Ibitirama	200
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Iconha	800
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Irupi	150
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO	Itapemirim	4000



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

PARA INALAÇÃO ORAL		
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Itarana	1000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Iúna	1200
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Jaguaré	500
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	João Neiva	10000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Laranja da Terra	300
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Mantenópolis	200
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Marechal Floriano	3000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Mimoso do Sul	2000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Montanha	3000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Muniz Freire	600
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Muqui	173
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Nova Venécia	200
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Pedro Canário	10000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Ponto Belo	100



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Presidente Kennedy	1000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Rio Bananal	500
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Santa Leopoldina	1000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Santa Maria de Jetibá	1000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Santa Teresa	600
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	São Domingos do Norte	10000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	São Gabriel da Palha	900
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	São Mateus	1500
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	São Roque do Canaã	600
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Sooretama	50
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Vargem Alta	400
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Viana	8000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Vila Pavão	150
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Vila Valério	300
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO	Vila Velha	15000



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

PARA INALAÇÃO ORAL		
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE AEROSSOL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO ORAL	Vitória	13500

PROCESSO: 2023-9Z18L - EDIÇÃO: SERP XV
LOTE 03

MEDICAMENTO					MUNICÍPIO	QUANTIDADE
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Água Doce do Norte	1000
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Apiacá	500
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Aracruz	8000
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Atílio Vivácqua	100
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Baixo Guandu	1000
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Barra de SãoFrancisco	1500
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Boa Esperança	80
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Bom Jesus doNorte	200
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Cachoeiro deItapemirim	7200
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Cariacica	20000
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Castelo	500



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Conceição da Barra	3600
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Divino de São Lourenço	100
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Ecoporanga	3000
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Fundão	2000
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Guarapari	100
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Ibatiba	1000
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Itapemirim	2000
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Itarana	1000
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Iúna	600
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Laranja da Terra	200
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Marilândia	500
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Mucurici	50
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Muniz Freire	500
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Muqui	144
BECLOMETASONA, INALAÇÃO NASAL	DIPROPIONATO	50MCG/DOSE	SUSPENSÃO	PARA	Nova Venécia	200



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

INALAÇÃO NASAL		
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50MCG/DOSE SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	Piúma	200
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50MCG/DOSE SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	Ponto Belo	100
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50MCG/DOSE SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	PresidenteKennedy	600
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50MCG/DOSE SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	Santa Leopoldina	1000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50MCG/DOSE SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	São Domingos doNorte	10000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50MCG/DOSE SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	São Gabriel daPalha	800
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50MCG/DOSE SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	São Mateus	300
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50MCG/DOSE SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	São Roque doCanaã	600
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50MCG/DOSE SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	Serra	23000
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50MCG/DOSE SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	Sooretama	50
BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50MCG/DOSE SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO NASAL	Vila Pavão	150



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ANEXO II
RELATÓRIO DE ENDEREÇO DE ENTREGAS

PROCESSO: 2023-9Z18L
EDIÇÃO: SERP XV

MUNICÍPIO	ENDEREÇO DE ENTREGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE	ALMOXARIFADO MUNICIPAL RUA DR. JOSÉ MERÇON VIEIRA, Nº S/N, CENTRO, 29820-000 farmaciaadn@saude.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA: ABILIO MARCIANO CHRISTO, Nº 165, SANTA BARBARA, 29760-000 waleskams@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA CATARINA SAGRILLO CUZZUOL, Nº 515, BELAVISTA, 29192-030 - Tel.: (27) 3270-7422 ptorezani@aracruz.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATÍLIO VIVACQUA	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL PRAÇA JOSE LOPES VALENTIM, Nº 2, CENTRO, 29490-000 farmaciabasica@pmav.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU	FARMÁCIA CIDADÃ MUNICIPAL AV. CARLOS DE MEDEIROS, Nº 150, CENTRO, 29730-000 assistenciafarmaceuticabg@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO	UNIDADE DE SAÚDE ALVINO CAMPOS RUA CORONEL DJALMA BORGES, Nº 01, CENTRO, 29800-000 farmaciabasicabsf@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA DIOMEDES COSTA, Nº 461, CENTRO, 29845-000 farmacia@boaesperanca.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PRAÇA ASTOLPHO LOBO, Nº 263, CENTRO, 29460-000 - iris_chote1@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA	ALMOXARIFADO RUA PROJETADA, Nº S/N, LOTEAMENTO ULIANA, 29630-000 Tel.: (27) 3733-1204 farmacia@brejetuba.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA 25 DE MARÇO, Nº 73/79, CENTRO, 29300-100 (28) 3521-8163 - farmacia.gerencia@cachoeiro.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO RUA CURITIBA, Nº S/N, RIO BRANCO, 29147-712 (27) 3354-5603 - silei.almeida@cariacica.es.gov.br rosana.palma@cariacica.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO	FARMÁCIA MUNICIPAL RUA JOSE ALVES RANGEL, Nº 52, SANTO ANDREZINHO, 29360-000 Tel.: (28) 3542-8509 - farmaciaca@castelo.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLATINA AVENIDA BRASIL, Nº 216, 2º ANDAR, BAIRRO : LACÊ-COLATINA, 29.703-032 - Tel.: (27) 3177-7017/ 3177-7110 caf@colatina.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA	RODOVIA ADOLPHO SERRA, Nº 500, NOVA BARRA, 29960-000 Tel.: (37) 99180-6766 farbasica.barra@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO	RUA JOSÉ OLIVEIRA DE SOUZA, Nº 300, PEDRO RIGO, CEP: 29370-000 farmaciaconceicaodocastelo@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO SÃO LOURENÇO	ALMOXARIFADO MUNICIPAL AV. PEDRO BATISTA DE ÁGUIAR, Nº 123, SANTA CRUZ, 29590-000 farmacia@dsl.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA SETE DE SETEMBRO, Nº S/N, CENTRO, 29260-000 Tel.: (27) 3268-3330 farmacia@domingosmartins.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL AVENIDA CESAR PEGORETTI, Nº 0, OZEIAS, 29185-000 Tel.: (27) 3267-1500 fundaofarmacia@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG	RUA ALVINO PAULO PEREIRA, Nº 430, NOVO BRASIL, 29724-980 Tel.: (27) 99793-9976 almoxarifadomedhosppmgl@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO RUA JOSIAS CERUTTI, Nº 650, PRAIA DO MORRO, 29216-600 Tel.: (28) 3362-4678 almoxarifado.farmacia@guarapari.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA DIMAS AMBROSIO TRINDADE, Nº SN, CENTRO, 29395-000 georginasouzadias@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU	ALMOXARIFADO MUNICIPAL RUA MARTINS PESCADORES, Nº 26, PROF. ERICINA, 29670-000 almoxarifado.saude@ibiracu.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA	ALMOXARIFADO MUNICIPAL RUA OTAVIO SHWARTZ, Nº SN, CENTRO, 29540-000 priscillalemos84@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI	ALMOXARIFADO DA SAÚDE RUA JOÃO COSTA, Nº 570, JOÃO TOMAZ, 29398-000 almoxarifado.saudeirupi@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÇU	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL AV 17 DE FEVEREIRO, Nº 150, CENTRO, 29690-000 assistenciafarmaceutica@itaguacu.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ	ALMOXARIFADO MUNICIPAL RUA JOANA MUCHULIN SCABELO, Nº 933, MATAATLÂNTICA, 29950-000 - Tel.: 27 3769-2337 farmaciabasica@jaguare.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO RUA SEBASTIÃO CARANGOLA, Nº S/Nº, SANTA CLARA, 29550-000 Tel.: (28) 3558-1535 farmaciabasicajm@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE RUA GERMANO STABENOW, Nº 00, CENTRO, 29615-000 Tel.: (27) 3736 1323 ramal 254 farmaciashospitalar@laranjadaterra.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES	ALMOXARIFADO MUNICIPAL RUA CARIACICA, Nº 221, JOSÉ RODRIGUES MACIEL, 29902-520 Tel.: (27) 3372-3929 assistencia.farmaceutica@linhares.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS	FARMÁCIA BÁSICA RUA PIMENTA, Nº 80, CENTRO, 29770-000 Tel.: (27) 3758-1309 farmaciabasica@mantenopolis.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARATAÍZES	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA AMÉLIA MALTASHE, Nº S/N, CIDADE NOVA, 29345-000 Tel.: (28) 3532-1429 farmacia.marataizes2015@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA EMÍLIO GUSTAVO HULLE, Nº 139, CENTRO, 29255-000 farmaciabasica.pmmf@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE	GALERIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PRAÇA DIVINO ESPÍRITO SANTO, 94, TERREO, SALA 01 Nº 94, CENTRO, 29380-000 - farmaciabasica@munizfreire.es.gov.br farmaciampfreire@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI	ALMOXARIFADO FARMÁCIA BÁSICA RUA MATHEUS PAIVA, Nº 115, SANTO AGOSTINHO, 29480-000 farmaciabmuqui@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO RUA IBIRACU, Nº 26, MARGARETH, 29830-000 (27) 3752-1818 farmaciabasicanv@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE PANCAS	ALMOXARIFADO FARMÁCIA RUA JOSÉ MILTON BREDÁ, Nº 0, CENTRO, 29750-000 Tel.: (27) 3726-1556 farmacia@pancas.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO	FARMÁCIA BÁSICA JOSÉ JESUINO DA ROCHA, Nº 0, CENTRO, 29970-000 farmaciabpc@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMA	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO AVENIDA BEIRA RIO, Nº 185, ACAIACA, 29285-000 (28) 3520-7353 fbpiuma@piuma.es.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE AVENIDA SEBASTIÃO RABELO, Nº S/N, CENTRO, 29885-970 saude@pontobelo.es.gov.br
REFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA DONA SENHORINHA, Nº 74, CENTRO, 29350-000 PRESIDENTE KENNEDY assistenciafarmaceuticapk@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL	FARMÁCIA BÁSICA RUA JOÃO CIPRIANO, Nº 520, SÃO SEBASTIÃO, 29920-000 Tel.: (27) 3265-1101 - fbpmrb@yahoo.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA CORONEL JOAQUIM ALVES, Nº 1, CENTRO, 29290-000 Tel.: (28) 3533-0330 farmaciabasica@rionovodosul.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ	ALMOXARIFADO SAÚDE RUA FLORIANO BERGER, Nº 294, CENTRO, 29645-000 Tel.: (27) 3263-2127 assistenciafarmaceuticasmj@yahoo.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE	ALMOXARIFADO TRAVESSA VALERIANO PAGANI, Nº S/N, CENTRO, 29745-000 assistenciafsdn@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA MANOEL DE ANDRADE, Nº 181, CENTRO, 29930-045 sm.farmacia@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ	ALMOXARIFADO MUNICIPAL RUA OLÍVIO PERINI, Nº 107, CINCO CASINHAS, 29665-000 Tel.: (27) 3729-1775 farmacia@saoroquedocanaa.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA	ALMOXARIFADO MUNICIPAL AVENIDA TALMA RODRIGUES RIBEIRO, Nº 5416, PORTAL DE JACARAÍPE, 29173-795 Tel.: (27) 3252-7041 farmacia.sesa@serra.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA VITÓRIO BOBBIO, Nº 215, CENTRO, 29927-000 fsooretama@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL AV. TUFFY DAVID, Nº S/N, CENTRO, 29295-000 farvalta@gmail.com valeriamendesgs@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO AV. LORENZO ZANDONADE, Nº 840, VILA BETÂNEA, 29375-000 caf.saudevni@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO AVENIDA GUARAPARI, Nº 1242, AREINHA, 29135-341 caf.vianaes@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA TRAVESSA PAVÃO, Nº 80, CENTRO, 29843-000 Tel.: (27) 3753-1347 farmaciabasicavp@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VALÉRIO	FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL RUA ADEMAR HOFFMANN, Nº 18, CENTRO, 29785-000 farmaciabasicaviva@hotmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO RUA PROJETADA, Nº 15, GUARANHUNS, 29127-066 Tel.: (27) 3388-4334 caf.saude@vilavelha.es.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO AVENIDA JOÃO PALÁCIOS, Nº 503, EURICO SALES, 29160-161 Tel.: (27) 3132-5031 compras.gaf@vitoria.es.gov.br compras.gaf@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ANEXO III

PROCESSO: 2023-9Z18L
EDIÇÃO: SERP XIV

MUNICÍPIO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE	070002.1030300242.016	33933200000	150000150000/ 160000000000/ 162100000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO	016000016003.1012200232 .027/ 016000016003.1030101432 .153	339030000000	1500/ 1600
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ	1064	3.3.90.32.00	1.600.0000.0000/ 1.621.0000.0000/ 1.500.0015.1002
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATÍLIO VIVÁQUA	10.303.0013.2.0035	33903009	1.500.0015.0002/ 1.500.0015.0003/ 1.600.0000.4001
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU	040001.1030200252.114	33903200000	150000150000/ 160000000000/ 1621000000001
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO	260001.1030100452.071	33903000000	150000150000/ 160000000000/ 162100000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA	008001.1030200232.063	33903200000	1500/ 1621/ 1600
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE	070001.1030300302.075	33903000000	160000000000/ 150000150000
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA	2074/ 2077/ 2078/ 2080	339032/ 339030	1211/ 1213/ 1214/ 12142100
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0000746/ 0000755/ 0000747/ 0000754	33903009000/ 33903299000	150000150000/ 160000004001/ 162100003001
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA	1232/ 1222	3.3.90.32/ 3.3.90.30	1.500.0015.0001/ 1.500.0015.1002/ 1.600.0000.0002/ 1.621.0000.0000



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO	0160011030300682250	33903200000	15000015/ 1600/ 1621
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA	1300061030100202106	33903200000	1602000000001/ 1621000000001/ 150000150001/ 1600000000004.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA	041.001.010.000.000	3.3.90.30.04	1600/ 1621
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO	33903200000	0000050	1500/ 1600/ 1621
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO DE SÃO LOURENÇO	001.103.010.019.2027	33903200	1500
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS	100005.1030300282.095	33903000000	150000150000/ 1600000000004
PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO	007100.1030200462.098	33903200000/ 33903000000	150000150000/ 1600000000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG	006007.1030300082.048	33903200000	150000150000
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI	389	3.3.90.30.09	1.500.0015.0000/ 1.600.0000.0000
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA	07005.1030300182.057	33903200000	150000150000/ 1600000000004
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU	1100051020100252090	33903000000	162100000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA	07000510303000772028	33903200000	1500/ 1600
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI	080081.1030300372.075 - 339030	339030	1621
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÇU	0800011030300352114	33903200000	1500/ 1600/ 1621
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ	1030100132.039	339032000000	1500 1600 1621
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO	110004.1030300332.073	33903200000	160000000000/ 162100000000/ 150000150000
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA	1211211.1030100382.147/ 121121.1030100382.160/ 121121.1030300402.169	33903000000/ 33903200000	1500/ 1600/ 1621



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES	0801	3.3.90.32.0000	150000150000 / 160000000000/ 162100000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS	0080181030300542103	33903200000	1500/ 1600/ 1621
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARATAÍZES	9000001.1030300282.078/ 9000001.1030300282.079	33903200000	150000150000/ 160000000000/ 162100000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO	009002.1030300612.095	33903200	1500/ 1600/ 1621
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE	100005.1030200302.110	33903000000	150000150000/ 160000000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI	005004.1030300192.109	33903200000	1500/ 1600/ 1621
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA	080001.1030300822.125	33903200000	150000150000/ 162100000000/ 162100000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE PANCAS	1030300061.009	33903200000	150000150000/ 160000000000/ 162100000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO	102	33903200000	150000150000, 160000000000, 162100000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA	000008001.1030300192.063 000008001.1030200182.059 000008001.1030300192.064	339030 339032	150000150000/ 160000000000/ 160200000000/ 162100000000/ 165900000000/ 170400000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO	050061030300082077	33903000000	160000000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY	024004103030252027/ 0240041030252150	33903000000/ 33903200000	150000150000/ 160000000000/ 163500000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BANANAL	0700011030300172231	33903200000	1500/ 1600/ 1602
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL	205.1030200032.084.33903200000	33903200000	150000150000/ 160000000000/ 160300000000/ 162100000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ	015001.1030300472.082	33903200000	150000150000/ 162100000000/ 160000000000



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE	008010.1030300162.071	33903200000	1500/ 1600
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS	1030300252.050	339032000000	160000000000 162100000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ	1515103300082043	33903000000/ 33903200000	1500/ 1621/ 1600
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA	10.303.0001.2003 1719/1760	3.3.90.30.09/ 3.3.90.32.05	150000151002/ 160000000000/ 162100000000/ 160000000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA	005001.1030300372.108	33903000000	150000150000/ 160000000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA	08010010303000062047	33903000000	162100000000/ 160000000000/ 150000150000
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE	006003.10303300155.046	33903200000	15000000.0000/ 16000000.0000/ 16210000.0000
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA	005001.1030300212.055	33903200000/ 33903000000	150000150000/ 160000000000/ 162100000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO	160088.1030100232.131/ 160088.1030100282.148/ 160088.1030100312.150/ 160088.1030100312.151	33903000000/ 33903200000/ 3903000000	150000150000, 160000009999, 162100000000, 170700000000, 160200000000, 165900000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VALÉRIO	300100.1030331042.102	3390320000	150000150000/ 160000000000/ 162100000000
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA	10.303.0008.2.041	3.3.90.30.09	1.500.0015.1002/ 1.600.0000.0000/ 1.621.0000.0000/
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA	10.303.0003.2023	3.3.90.30.09	1.500.0015.1002/ 1.600.0055.0000/ 1.621.0058.0000

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

JOSÉ TADEU MARINO
SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01
SSAS - SESA - GOVES
assinado em 05/12/2023 16:32:46 -03:00

FERNANDA CARVALHO INFANTE
CIDADÃO
assinado em 05/12/2023 17:06:08 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 07/12/2023 09:32:24 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LUCIANA DAMAS DE OLIVEIRA (AGENTE DE SERVICO II QC-06 - NECV - SESA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2023-Z87SSD>

Vitória (ES), quinta-feira, 07 de Dezembro de 2023.

da Lei nº 8.666/93, para contratação da empresa: **CARNEIRO E CARNEIRO LTDA ME** no valor de R\$ 292,04 (duzentos e noventa e dois reais e quatro centavos) Lote 01; visando a aquisição de medicamento para atendimento de decisão judicial.

Vitória, 06 de Dezembro de 2023

ERICO SANGIORGIO

Subsecretário de Estado da Saúde

Protocolo 1219680

RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo E-DOCS nº 2023-B62Z9

ID: 2023.500E0500019.09.0019

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA, no uso de suas atribuições legais, torna público a Dispensa de Licitação, com base no art. 24, item IV, da Lei nº 8.666/93, para contratação da empresa: **OLIVEIRA E FEITOSA LTDA ME** no valor de R\$ 59,40 (cinquenta e nove reais e quarenta centavos) Lote 01; visando a aquisição de medicamento para atendimento de decisão judicial.

Vitória, 06 de Dezembro de 2023

ERICO SANGIORGIO

Subsecretário de Estado da Saúde

Protocolo 1219681

RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo E-DOCS nº 2023-P30GG

ID: 2023.500E0500019.09.0038

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA, no uso de suas atribuições legais, torna público a Dispensa de Licitação, com base no art. 24, item IV, da Lei nº 8.666/93, para contratação da empresa: **ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS** no valor de R\$ 1.089,76 (mil e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos) Lote 01; visando a aquisição de medicamento para atendimento de decisão judicial.

Vitória, 06 de Dezembro de 2023

ERICO SANGIORGIO

Subsecretário de Estado da Saúde

Protocolo 1219684

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 1536/2023

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2023-KFSHB - HEMOES

EMPRESA: LIDER COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

CNPJ: 40.582.188/0001-48

EDITAL: Pregão nº 776/2023

LOTE: 02

OBJETO: TERMOMETRO CLINICO INFRAVERMELHO SEM CONTATO

VALOR GLOBAL DO LOTE: 9.388,85

VIGÊNCIA: 08/12/2023 a 07/12/2024

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço. www.compras.es.gov.br.

JOSÉ TADEU MARINO

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 1219674

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 1537/2023

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2023-KFSHB - HEMOES

EMPRESA: INSMART COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 11.042.902/0001-07

EDITAL: Pregão nº 776/2023

LOTE: 03,04

OBJETO: TERMOMETRO DIGITAL DE MONITORAMENTO 24 HORAS DE TEMPERATURA, TERMOHIGROMETRO COM INDICADOR DE TEMPERATURA E UMIDADE INTERNA E EXTERNA

VALOR GLOBAL DO LOTE: 44.798,84

VIGÊNCIA: 08/12/2023 a 07/12/2024

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço. www.compras.es.gov.br.

JOSÉ TADEU MARINO

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 1219678

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 1544/2023

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2023-9Z18L - NEGEP-SERP

EMPRESA: CHIESI FARMACEUTICA LTDA

CNPJ: 61.363.032/0015-41

EDITAL: Pregão nº 765/2023

LOTE: 1, 2, 3

OBJETO: BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200 MCG/DOSE, BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE, BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50MCG/DOSE.

VALOR GLOBAL DO LOTE: 8.990.039,06

VIGÊNCIA: 08/12/2023 a 07/12/2024

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço. www.compras.es.gov.br.

JOSÉ TADEU MARINO

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 1219749

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 1545/2023

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2023-9Z18L - NEGEP-SERP

EMPRESA: HOSPIDROGAS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 35.997.345/0001-46

EDITAL: Pregão nº 765/2023

LOTE: 4

OBJETO: IPRATROPIO BROMETO 0,25MG/ML

VALOR GLOBAL DO LOTE: 46.155,72

VIGÊNCIA: 08/12/2023 a 07/12/2024

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço. www.compras.es.gov.br.

JOSÉ TADEU MARINO

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 1219750



CHIESI FARMACEUTICA LTDA
Rua Dr. Rubens Gomes Bueno, 691
14º andar - Torre Sigma
CEP: 04730-000
São Paulo, Brasil
Tel.: +55 11 3095 2300
www.chiesi.com.br

AO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 765/2023
PROCESSO Nº. 2023-9Z18L

PROPOSTA COMERCIAL	
PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº. 765/2023	
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE
Razão Social	CHIESI FARMACEUTICA LTDA
CNPJ	61.363.032/0015-41
Endereço	ROD FERNAO DIAS S/N KM 947.4 MODULO B GALPAOCD4 AREA 1 BAIRRO: DOS PIRES – EXTEMA – MG – CEP 37.640-000
Telefone/Fax	11 3095-2300 / 2341/2342
Nome do Signatário (para assinatura do contrato)	Fernanda Carvalho Infante
Estado civil do Signatário	Casada
Identidade do Signatário	28.465.601-x
E-mail para envio Ordem de Fornecimento	licitacao@chiesi.com.br
Nacionalidade do Signatário	brasileira
CPF do Signatário	285.921.288-46

Endereço da Matriz:
Rua Giacomo Chiesi, 151, km 39,2 - Estrada dos Romeiros
CEP: 06513-005 - Santana de Parnaíba - SP, Brasil
Tel: +55 11 4622 8500

WWW.CHIESI.COM.BR



CHIESI FARMACEUTICA LTDA
Rua Dr. Rubens Gomes Bueno, 691
14º andar - Torre Sigma
CEP: 04730-000
São Paulo, Brasil
Tel.: +55 11 3095 2300
www.chiesi.com.br

LOTE 1: MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 200 MCG/DOSE; FORMA FARMACEUTICA: AEROSSOL ORAL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO AEROSSOL 200 DOSES; VIA ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO AEROSSOL. NOME COMERCIAL: CLENIL 200 MCG HFA APRESENTAÇÃO: 200 MCG/DOSE SOL AER SPRAY 200 DOSES PRINCÍPIO ATIVO: DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA PROCEDÊNCIA: NACIONAL FABRICANTE: CHIESI FARMACÊUTICA LTDA UNIDADE: FRASCO CONSERVAR O MEDICAMENTO CLENIL® HFA EM TEMPERATURA AMBIENTE (15°C A 30°C).	Valor Unitário	19,00	Valor Total	1.401.687,00
	Quantidade	73.773		
	FABRICANTE PROCEDENCIA	CHIESI FARMACÊUTICA LTDA NACIONAL		
	REG. No MS	1005801110072		
	Prazo de validade	24 MESES		

Endereço da Matriz:
Rua Giacomo Chiesi, 151, km 39,2 - Estrada dos Romeiros
CEP: 06513-005 - Santana de Parnaíba - SP, Brasil
Tel: +55 11 4622 8500

WWW.CHIESI.COM.BR



CHIESI FARMACEUTICA LTDA
Rua Dr. Rubens Gomes Bueno, 691
14º andar - Torre Sigma
CEP: 04730-000
São Paulo, Brasil
Tel.: +55 11 3095 2300
www.chiesi.com.br

LOTE 2: MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCÍPIO/CONCENTRACAO1: BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250MCG/DOSE; FORMA FARMACEUTICA: AEROSSOL ORAL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO 200 DOSES; VIA ADMINISTRACAO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE NOME COMERCIAL: CLENIL 250 MCG HFA PRINCÍPIO ATIVO: DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA APRESENTAÇÃO: 250 MCG/DOSE SOL AER SPRAY 200 DOSES FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO COM PROPELENTE (AEROSOL) VALIDADE DO PRODUTO: 24 MESES FABRICANTE: CHIESI FARMACÊUTICA LTDA UNIDADE: FRASCO CONSERVAR O MEDICAMENTO CLENIL® HFA EM TEMPERATURA AMBIENTE (15°C A 30°C).	Valor Unitário	18,02	Valor Total	4.975.376,06
	Quantidade	276.103		
	FABRICANTE PROCEDENCIA	CHIESI FARMACÊUTICA LTDA Nacional		
	REG. No MS	1005801110102		
	Prazo de validade	24 MESES		

LOTE 3: MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCÍPIO/CONCENTRACAO1: BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 50MCG/DOSE; FORMA FARMACEUTICA: SUSPENSAO AQUOSA/AEROSSOL NASAL; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO AEROSSOL 200 DOSES; VIA ADMINISTRACAO: NASAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO. NOME COMERCIAL: CLENIL NASAL AQUOSO FR 30ML PRINCÍPIO ATIVO : DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA FORMA FARMACÊUTICA: SUSPENSAO NASAL MARCA : CLENIL NASAL AQUOSO APRESENTAÇÃO: 50 MCG/DOSE SUS NAS CT FR PLAS AM + INAL X 200 DOSES PROCEDÊNCIA: NACIONAL FABRICANTE: CHIESI FARMACÊUTICA LTDA UNIDADE: FRASCO	Valor Unitário	24,00	Valor Total	2.642.976,00
	Quantidade	108.874		
	FABRICANTE PROCEDENCIA	CHIESI FARMACÊUTICA LTDA Nacional		
	REG. No MS	100580009018-3		
	Prazo de validade	36 MESES		

Endereço da Matriz:
Rua Giacomo Chiesi, 151, km 39,2 - Estrada dos Romeiros
CEP: 06513-005 - Santana de Parnaíba - SP, Brasil
Tel: +55 11 4622 8500

WWW.CHIESI.COM.BR

VALOR TOTAL DA PROPOSTA	R\$ 8.990.039,06
-------------------------	------------------

Prazo de Validade da Proposta	60 (sessenta) dias corridos
Local de Entrega	Anexo II – Relatório de endereço de entrega
Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas deste edital e seus anexos.	

Extrema, 24 de Outubro de 2023

FERNANDA
CARVALHO
INFANTE:285921288
46

Assinado de forma digital
por FERNANDA CARVALHO
INFANTE:28592128846
Dados: 2023.10.26 14:37:38
-03'00'

Fernanda Infante

Gerente Adm. de Vendas e Licitações

RG.: 28.465.601-x - CPF: 285.921.288-46